



PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

CURITIBA
2017



MICHEL TEMER
Presidente da República

BLAIRO BORGES MAGGI
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento

JORGE LUIZ ANDRADE DA SILVA
Diretor de Operações e Abastecimento

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA
Diretora De Política Agrícola e Informações

MARCUS LUIS HARTMANN
Diretor de Gestão de Pessoas

DANILO BORGES DOS SANTOS
Diretor Administrativo, Financeiro e Fiscalização

ERLI DE PÁDUA RIBEIRO
Superintendente Regional no Estado do Paraná

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Constituição

Ato de Superintendência Sureg/PR nº 095/2016

Alterações

Ato de Superintendência Sureg/PR nº 099/2016

Ato de Superintendência Sureg/PR nº 006/2017

Ato de Superintendência Sureg/PR nº 016/2017

Ato de Superintendência Sureg/PR nº 070/2017

Ato de Superintendência Sureg/PR nº 074/2017

Integrantes

Aline Gonçalves Almodova – Setad

Bruna Alves de Lima – Prore

Camilla Meira – Secof

Carolina de Paula Soares Paiva Ferretti – Sedem

Fernanda de Matos de Souza – Sureg/PR

Grazielle Mayumi Praxedes Alves – Seope

Marcus Vinícius Fim de Oliveira – UA Ponta Grossa

Colaboração

Gracieli Regina Zanco

José Aparecido de Oliveira

Mildred de Nazareth Alves Trotta

Ocirleene Araújo de Oliveira Lima

Sayonara Chmurzunski Dal'Bó

Sueli Neu

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Inventário de bens	22
Tabela 2 - Adequação à norma	23
Tabela 3 - Consumo de resmas de papel A4	24
Tabela 4 - Consumo de <i>toners</i>	25
Tabela 5 - Plano de Ação 1: Consumo de papel A4 e <i>toners</i> para impressão	27
Tabela 6 - Percepção do consumo de copos descartáveis.....	28
Tabela 7 - Uso de recipientes reutilizáveis	29
Tabela 8 - Consumo de copos descartáveis	29
Tabela 9 - Plano de Ação 2: Consumo de copos descartáveis	30
Tabela 10 - Consumo de energia elétrica.....	32
Tabela 11 - Plano de Ação 3: Eficiência energética	34
Tabela 12 - Consumo de água	35
Tabela 13 - Plano de Ação 4: Eficiência no consumo de água	37
Tabela 14 - Plano de Ação 5: Coleta seletiva	40
Tabela 15 - Palestras promovidas pela Sureg	41
Tabela 16 - Agenda anual SESC em movimento	43
Tabela 17 - Plano de Ação 6: Qualidade de vida no trabalho	45
Tabela 18 - Plano de Ação 7: Obras e equipamentos	46
Tabela 19 - Plano de Ação 8: Serviços de vigilância.....	49
Tabela 20 - Plano de Ação 9: Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial	51
Tabela 21 - Gastos com telefone.....	53
Tabela 22 - Plano de Ação 10: Serviços de telefonia	54
Tabela 23 - Plano de Ação 11: Deslocamento de pessoal	55
Tabela 24 – Datas comemorativas	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5 R's	Reduzir, Repensar, Reutilizar, Reciclar, Recusar
AGF	Aquisições do Governo Federal
AGU	Advocacia-Geral da União
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ASNAB	Associação Nacional dos Empregados da CONAB
CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
CIISC	Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DIAFI	Diretoria de Administração, Financeira e Fiscalização
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
GNLS	Guia Nacional das Licitações Sustentáveis
GT CSS	Grupo de Trabalho Coleta Seletiva Solidária
LED	Light Emitting Diode
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PRESI	Presidência da Conab
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
PRORE	Procuradoria Regional
SECOF	Setor Contábil e Financeiro
SEDEM	Setor de Desenvolvimento Empresarial

SEOPE	Setor de Operações de Estoques
SEREH	Setor de Recursos Humanos
SESC	Serviço Social do Comércio
SETAD	Setor Administrativo
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMACS	Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Coleta Seletiva Solidária
SUCOR	Superintendência de Controladoria e Riscos
SUREG/PR	Superintendência Regional da Conab no Estado do Paraná
UA	Unidade Armazenadora
VoIP	Voz sobre IP



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	12
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	13
2. DIRETRIZES.....	14
3. OBJETIVOS	15
3.1 Objetivo geral	15
3.2 Objetivos específicos	16
4. PÚBLICO-ALVO	16
5. METODOLOGIA.....	16
6. DIAGNÓSTICO	18
6.1 Inventário de bens	18
7. PLANOS DE AÇÃO.....	23
7.1 Material de consumo.....	24
7.1.1 Consumo de papel A4 e de toners para impressão	24
7.1.2 Consumo de copos descartáveis	28
7.2 Eficiência energética.....	31
7.3 Eficiência no consumo de água.....	35
7.4 Coleta seletiva	38
7.5 Qualidade de vida no trabalho.....	41
7.6 Compras e contratações sustentáveis	46
7.6.1 Obras e equipamentos.....	46
7.6.2 Serviços de vigilância	47
7.6.3 Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial.....	50
7.6.4 Serviços de telefonia	52
7.7 Deslocamento de pessoal	55
8. DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	56
REFERÊNCIAS.....	59

APRESENTAÇÃO

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, com sede nacional em Brasília (Matriz). Atua nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, por meio de Superintendências Regionais em todas as capitais, e possui inúmeras Unidades Armazenadoras espalhadas pelo interior do país. Foi criada com base na Lei 8.029/1990.

O principal objetivo da Conab é executar as políticas públicas do Governo Federal no âmbito da agricultura e do abastecimento. Assim, cumpre à Conab, por exemplo, operacionalizar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, as Aquisições do Governo Federal – AGF de produtos agrícolas, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, dentre inúmeras outras atividades, todas voltadas à agricultura, abastecimento, ao produtor rural e ao agronegócio.

Em atendimento a uma obrigatoriedade legal, e consciente de seu papel na sociedade, a Sureg/PR elaborou sua primeira versão do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS.

O objetivo maior do PLS é promover ações de responsabilidade socioambiental dentro da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, tendo como base os principais desafios da sociedade atual: o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a preservação do meio ambiente.

Neste sentido, este trabalho se justifica não só pelos artigos 170 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, mas também pelo cumprimento do Art. 3º da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Federal nº 7.746/2012 e da Instrução Normativa nº 10/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI.

Diante da afirmativa de que “estima-se que as contratações públicas no Brasil representam 13,8% do Produto Interno Bruto” (Manual de Licitações Sustentáveis – AGU/2016), extrai-se a dimensão da responsabilidade do Governo, fazendo-se necessário reformular as decisões dentro da Administração Pública baseando-as, daqui por diante, nos princípios da sustentabilidade.

Assim sendo, apresentamos o primeiro Plano de Gestão de Logística Sustentável da Superintendência Regional da Conab no Estado do Paraná – Sureg/PR, que se trata de práticas sustentáveis almejadas dentro do nosso ambiente de trabalho.

Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra
Presidente

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Gestão de Logística Sustentável da Sureg/PR iniciou-se em dezembro de 2016, com o Ato de Superintendência nº 095. Assim foi constituída a Comissão Gestora, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a realização do trabalho. Desde então, esta comissão se reuniu semanalmente para discutir os temas e realizar a elaboração do Plano.

Após o entendimento do Decreto 7.746/2012 e da Instrução Normativa SLTI nº 10/2012, a Comissão Gestora fez um apanhado das boas práticas já existentes na sede da Sureg/PR. Essas práticas foram organizadas de forma a abranger os sete temas destacados no Art. 8º da IN nº 10/2012, sendo eles subdivididos em 11 (onze) planos de ação. Dentro destes planos de ação foram definidos: objetivo, meta geral, detalhamento de ações, responsáveis, meta, prazo de implementação e previsão de recursos.

O trabalho está dividido em introdução, desenvolvimento e divulgação. A parte introdutória traz a justificativa da implantação do PLS, diretrizes, objetivos, público-alvo e metodologia. Já o desenvolvimento se inicia com o inventário de bens e materiais para identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição. Posteriormente são apresentados os planos de ação, que incluem um breve relato do cenário atual de cada tema na Sureg/PR. Por fim, são apresentadas as formas de divulgação do PLS para que tenha êxito em sua implantação.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Os órgãos governamentais representam uma grande força de contratação de serviços e aquisição de materiais. Por esta razão devem ser referência na adoção de medidas práticas que contribuam na redução dos seus impactos. Assim, os Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS surgiram por força de Decreto para dar forma e impor comprometimento por parte dos entes públicos.

O termo “sustentabilidade” deriva diretamente do conceito de desenvolvimento sustentável e pode ser compreendido como viabilidade econômica, justiça social, preservação ambiental e diversificação cultural de um projeto ou ação, norteando assim a mentalidade, a atitude e a estratégia de uma empresa.

As previsões legais para realização do PLS estão dispostas no Decreto nº 7.746/2012, na Instrução Normativa nº 10/2012, da Secretaria de Logística da Tecnologia de Informações do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como na Lei nº 12.349/2010 que alterou o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

A Conab tem como um de seus valores organizacionais a responsabilidade social e ambiental e vem se dedicando à economicidade e às boas práticas de gestão. Neste sentido, em 2013 a Matriz lançou o Conab Sustentável por meio da Superintendência de Controladoria e Riscos – Sucor, com 25 (vinte e cinco) atitudes práticas.

Em 2016, a Sureg/PR implantou várias ações visando à redução de custos em telefonia, iluminação, frota, materiais de expediente e informática e ampliou a coleta seletiva solidária.

Todas essas ações já implantadas foram mantidas e ampliadas no PLS, que é um instrumento de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, em que são identificadas ações, metas, prazos de execução e formas de monitoramento e avaliação,

possibilitando práticas de sustentabilidade, minimização de impactos e racionalização de gastos em todos os seus processos.

2. DIRETRIZES

A realização deste trabalho teve como diretrizes os seguintes documentos orientativos:

- Lei nº 6.938/1981 – Institui a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 – Art. 5, 170 e 225;
- Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- Resolução CONAMA nº 257/1999;
- Decreto 5.940/2006 – Institui a Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;
- Portaria MMA nº 61/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;
- Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei nº 12.349/2010 – Altera o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional;
- Acórdão nº 1.752/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União – Trata de recomendações aos órgãos de governo no sentido da adoção de medidas para o aumento da sustentabilidade e eficiência no uso de recursos naturais;
- Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o Art. 3º da Lei nº 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela

Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – Cisap;

- Portaria interministerial nº 244/2012;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012;
- Enunciado nº 11 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, Procuradoria-Geral do Banco Central, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria-Geral da União, publicado em dezembro de 2016;
- Guia Nacional das Licitações Sustentáveis – GNLS da Advocacia-Geral da União – AGU, Consultoria-Geral da União de 2016;
- Diretrizes básicas dos 5R's quais sejam: Reduzir, Repensar, Reutilizar, Reciclar, Recusar produtos com impactos socioambientais significativos.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Este Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas de sustentabilidade da Sureg/PR, fornecendo diretrizes para novas ações com base nos planos de ação.

3.2 Objetivos específicos

- a) difundir e promover a prática da ecoeficiência¹;
- b) promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Companhia;
- c) revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- d) qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- e) estabelecer parcerias, visando a reciclagem de resíduos ou a destinação ambientalmente correta; e
- f) promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

4. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo deste documento é composto pelo corpo funcional da sede da Sureg/PR e pelos colaboradores terceirizados.

5. METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, a Comissão do PLS, constituída pelo Ato de Superintendência Sureg/PR nº 095/2016 e alterações, realizou reuniões semanais, nas quais foram discutidas questões relacionadas à economicidade, sustentabilidade, meio ambiente e qualidade de vida.

O prazo para a realização do Plano foi de 180 dias contados a partir da emissão do Ato em 02/12/2016, sendo o mesmo sobrestado por 30 dias, durante o mês de abril/2017, devido à grande quantidade de feriados e integrantes em férias e licença-prêmio.

¹ Elementos da ecoeficiência: 1. Reduzir o consumo de materiais com bens e serviços. 2. Reduzir o consumo de energia com bens e serviços. 3. Reduzir a dispersão de substâncias tóxicas. 4. Intensificar a reciclagem de materiais. 5. Maximizar o uso sustentável dos recursos naturais. 6. Prolongar a durabilidade dos produtos. 7. Agregar valor aos bens e serviços. (Manual AGU 2016).

O grupo definiu que a abrangência do PLS envolve, inicialmente, apenas a sede da Sureg/PR, e que futuramente discutirá a implantação nas Unidades Armazenadoras.

Durante a elaboração, foram realizados levantamentos de dados por meio de questionário-padrão, para a obtenção da percepção do consumo de copos descartáveis e utilização de recipientes reutilizáveis, e por meio de registros existentes no setor administrativo, referentes aos gastos de energia elétrica, água e esgoto, telefonia, vigilância, limpeza, material de expediente e material de consumo.

Seguindo a determinação do Art. 8º da IN nº 10/2012, que estabelece a abrangência mínima do PLS, a Comissão o estruturou em onze planos de ação. Para cada plano, foram propostas ações destinadas ao atendimento de objetivo e meta geral.

Visando à implantação, o Plano deve ser remetido ao Presidente da Conab para aprovação e, na sequência, deve ser publicado no sítio eletrônico da Companhia – www.conab.gov.br – para conhecimento por toda a sociedade e remetido à Secretaria-Executiva da Comissão Interministerial de Sustentabilidade de Administração Pública – Cisap.

Quando da execução, os planos de ação serão divididos entre os integrantes da Comissão para facilitar a implantação, o monitoramento e avaliação dos resultados obtidos.

Semestralmente, os resultados serão compilados em relatório que será publicado no sítio eletrônico da Conab e remetido à Secretaria-Executiva da Cisap.

Anualmente, a Comissão elaborará relatório de acompanhamento, consolidando os resultados alcançados e identificando as ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente. Da mesma forma, este relatório será publicado no sítio eletrônico da Conab e remetido à Secretaria-Executiva da Cisap.

6. DIAGNÓSTICO

6.1 Inventário de bens

Descrição do material	Qtd. estoque	Unid. de medida	Valor total	Última compra	Item sustentável?
Almofada para carimbo n. 2 preta / azul cx 1 un	3	Un	R\$ 5,52	20/12/2013	Não
Almofada para carimbo n. 3 azul cx 1 un	8	Un	R\$ 14,53	20/12/2013	Não
Apontador para lápis 1 furo 1un	12	Un	R\$ 2,16	15/05/2017	Não
Arquivo morto papelão 36x18x30 - hp33a 1 un	100	Un	R\$ 119,00	15/05/2017	Não
Bobina papel maq. De calcular 57mmx30m 1 un	35	Un	R\$ 40,60	28/07/2016	Não
Bobina papel para fax simile 216mmx25m 1 un	36	Un	R\$ 100,08	29/11/2012	Não
Borracha branca para lápis 1 un	7	Un	R\$ 1,07	22/01/2013	Não
Caixa arquivo morto de papelão 14x25x34 1 un	24	Un	R\$ 39,90	29/11/2016	Não
Caneta esf. Cristal na cor azul 1 un	105	Un	R\$ 53,28	15/05/2017	Não
Caneta esf. Cristal na cor preta 1 un	65	Un	R\$ 36,97	29/11/2016	Não
Caneta esf. Cristal na cor vermelha 1 un	66	Un	R\$ 17,48	22/01/2013	Não
Caneta marcador de texto cor amarela cx 1 un	3	Un	R\$ 1,68	22/01/2013	Não
Capa de processo cart. Verde (Sureg) pct 10 un	138	Un	R\$ 853,39	30/05/2016	Não

Descrição do material	Qtd. estoque	Unid. de medida	Valor total	Última compra	Item sustentável?
Capa de processo pvc cristal 1 un	815	Un	R\$ 1.711,50	22/11/2016	Não
Clipe n. 2/0 cx 100 un	3	Un	R\$ 3,63	15/05/2017	Não
Cola 90 gr branca 1 un	213	Un	R\$ 110,76	16/01/2013	Não
Cola em bastão 1 un	5	Un	R\$ 3,10	15/05/2017	Não
Cont. De processo - Sureg 1 un	5	Un	R\$ 29,00	29/11/2012	Não
Corretivo fita 5mm x 6mts 1 un	19	Un	R\$ 65,55	15/05/2017	Não
Elástico para dinheiro pact com 100 gramas 1 un	13	Un	R\$ 20,93	15/05/2017	Não
Elástico personalizado para prender processo 1 un	1.851	Un	R\$ 2.036,10	07/11/2016	Não
Envelope kraft ouro 162mm x 229mm com lo pct 10 un	3.063	Un	R\$ 677,23	07/11/2016	Não
Envelope kraft ouro 229mm x 324mm com lo pct 10 un	2.186	Un	R\$ 795,49	01/02/2017	Não
Envelope kraft ouro 260 x 360mm com ou s pct 10 un	2.546	Un	R\$ 1.105,22	29/04/2016	Não
Envelope ofício branco. Med. 114 x 220.M Pct 10 un	3.353	Un	R\$ 636,73	29/04/2016	Não
Etiqu. Pimaco ref. 6180 c/100 folhas 1 un	1	Un	R\$ 37,34	24/07/2015	Não
Extrator de grampo tipo espatula 1 un	11	Un	R\$ 0,77	29/11/2012	Não

Descrição do material	Qtd. estoque	Unid. de medida	Valor total	Última compra	Item sustentável?
Filme fac-simile 1 un	68	Un	R\$ 1.242,16	22/01/2013	Não
Fita adesiva polipropileno transparente monof 1 un	46	Un	R\$ 120,06	29/11/2016	Não
Fita adesiva transparente 12mm x 30m 1 un	22	Un	R\$ 7,48	29/11/2012	Não
Fita adesiva transparente 45mm x 50m 1 un	52	Un	R\$ 133,64	03/08/2016	Não
Fita bicolor para maq. De calcular 13mm x 6m 1 un	1	Un	R\$ 2,05	29/11/2016	Não
Fita para calculadora 48/49 1 un	6	Un	R\$ 15,78	15/05/2017	Não
Fita para imp. Epson lq 1170 cx 1 un	16	Un	R\$ 50,88	29/11/2012	Não
Fita p/ impres epson 24 agulhas lq-2170 cx 1 un	15	Un	R\$ 216,90	21/01/2013	Não
Form. Int. Cert. Dep.Agrop.-Cda e warrant.Agr 1 un	4	Un	R\$ 26,00	05/12/2012	Não
Grampeador 26/6 1 un	4	Un	R\$ 61,25	29/11/2016	Não
Grampo para grampeador 23/13 caixa c/5.000 1 un	1	Un	R\$ 11,83	29/11/2016	Não
Grampo para grampeador 26/6 1 un	103	Un	R\$ 149,37	14/01/2013	Não
Grampo tipo trilho encadernador plástico pct 50un	57	Un	R\$ 555,75	01/09/2015	Não
Lacre para malote 16cm, cor azul pct c/ 100 u 1 un	4	Un	R\$ 29,60	15/03/2017	Não
Lapis preto n. 02 1 un	136	Un	R\$ 38,68	29/11/2016	Não

Descrição do material	Qtd. estoque	Unid. de medida	Valor total	Última compra	Item sustentável?
Papel officio xerográfico. 210x297. mm. A4 res 1 un	322	Un	R\$ 4.509,51	15/05/2017	Não
Pasta az lombada larga officio 1 un	149	Un	R\$ 1.441,14	29/01/2015	Não
Pasta de cart. Com grampo 1 un	95	Un	R\$ 109,25	15/05/2017	Não
Pasta plástica transparente polionda 1un	10	Un	R\$ 24,30	15/05/2017	Não
Perfurador papel, material aco, pintado capac 1 un	8	Un	R\$ 86,96	29/11/2016	Não
Pincel atômico azul ponta chanfrada 1 un	200	Un	R\$ 194,00	22/01/2013	Não
Pincel atômico vermelho ponta chanfrada 1 un	144	Un	R\$ 110,88	22/01/2013	Não
Régua plástica transparente de 30 cm1un	2	Un	R\$ 0,43	22/01/2013	Não
Saco plástico transparente p/ doc. 240 x pct 10 un	5	Un	R\$ 37,55	15/05/2017	Não
Tesoura de costura aço inox 21cm 1 un	9	Un	R\$ 38,16	15/05/2017	Não
Tinta para carimbeira - vermelha 1 un	8	Un	R\$ 10,00	29/11/2012	Não
Tinta para carimbo azul 1	2	Un	R\$ 2,22	20/12/2013	Não
Tinta para carimbo preta 1 un	2	Un	R\$ 2,22	20/12/2013	Não
Toner para imp. Okidata ked mono b431 dn pre1un	26	Un	R\$ 5.070,00	12/12/2016	Não
Toner p/ imp. Laserjet q2613a cx 1 un	3	Un	R\$ 378,50	21/09/2015	Não

Descrição do material	Qtd. estoque	Unid. de medida	Valor total	Última compra	Item sustentável?
Toner para imp. Brother 5452 1 un	3	Un	R\$ 501,30	28/09/2015	Não
Toner para imp. Brother 8912 1 un	6	Un	R\$ 1.197,64	21/09/2015	Não
Toner para imp. Brother d/tn-570 cx 1 un	4	Un	R\$ 435,28	21/09/2015	Não
Toner para imp. Hp 1022-n q2612a cx 1 un	7	Un	R\$ 732,69	21/09/2015	Não
Toner para imp. Hp 1522 preto 436 1 un	1	Un	R\$ 89,90	21/09/2015	Não
Toner para imp. Hp 2015 preto cx 1 un	1	Un	R\$ 58,59	16/01/2013	Não
Toner para imp. Hp 4015 cor preta 64 1 un	2	Un	R\$ 1.238,00	29/11/2012	Não
Toner para imp. Hp cm1312 cb 541 ciano 1 un	2	Un	R\$ 129,86	16/01/2013	Não
Toner para imp. Hp laserjet 1320 cx 1 un	3	Un	R\$ 657,58	03/06/2013	Não
Toner para imp. Lexmark e 240/340/242 n cx 1 un	3	Un	R\$ 509,67	21/01/2013	Não
Toner para imp. Modelo e250a11l 1 un	1	Un	R\$ 179,00	28/09/2015	Não
Umedecedor de dedos em pasta fsc 12 g	8	Un	R\$ 14,88	03/08/2016	Não
Umedecedor de dedos em pasta 1 un	5	Un	R\$ 10,65	29/11/2016	Não
TOTAL			R\$ 28.950,60		

Tabela 1 - Inventário de bens

Fonte: Setad/PR

Dados atualizados em 30/05/2017

7. PLANOS DE AÇÃO

Seguindo a determinação do Art. 8º, da IN nº 10/2012, o Plano de Gestão de Logística Sustentável da Sureg/PR abrange os seguintes temas:

- I. Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- II. Energia elétrica;
- III. Água e esgoto;
- IV. Coleta seletiva;
- V. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VI. Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
- VII. Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Os temas estão estruturados em onze planos de ação. Para cada plano, são propostas ações destinadas ao atendimento de um objetivo. A seguir estão relacionados os planos de ação e sua adequação à norma:

Plano de Ação	Referência na IN 10 Art. 8º
1. Consumo de papel A4 e de <i>toners</i> para impressão	Inciso I
2. Consumo de copos descartáveis	Inciso I
3. Eficiência energética	Inciso II
4. Eficiência no consumo de água	Inciso III
5. Coleta seletiva	Inciso IV
6. Qualidade de vida no trabalho	Inciso V
7. Obras e equipamentos	Inciso VI
8. Serviços de vigilância	Inciso VI
9. Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial	Inciso VI
10. Serviços de telefonia	Inciso VI
11. Deslocamento de pessoal	Inciso VII

Tabela 2 - Adequação à norma

7.1 Material de consumo

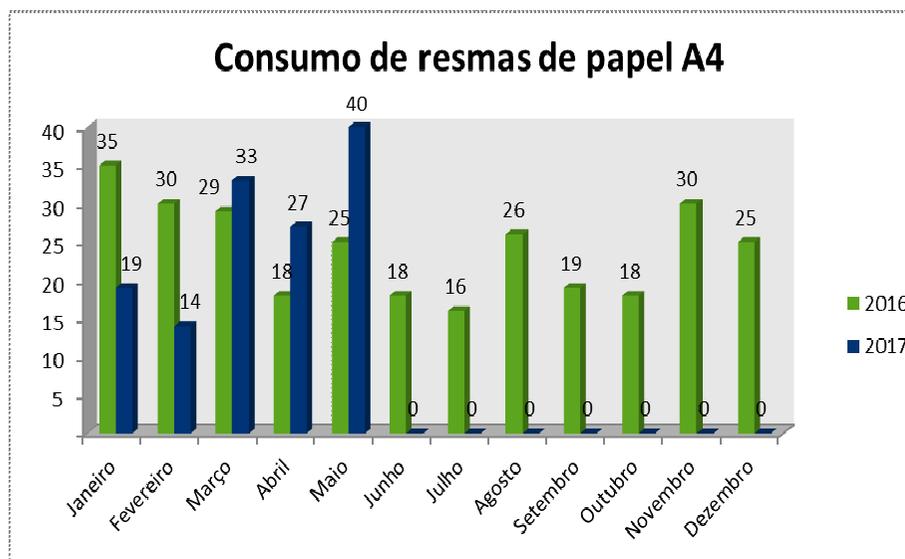
7.1.1 Consumo de papel A4 e de toners para impressão

No início de 2016, com o objetivo de obter redução nos gastos gerais da Sureg/PR, todas as impressoras da sede foram padronizadas no modo “rascunho”, “impressão frente e verso” e “nível de economia de *toner* alto”. Adicionalmente, algumas impressoras ociosas, mas com estoque de *toner*, foram recolocadas em uso e a Ecofont (denominada Spranq Eco Sans) foi instalada em todos os computadores.

A Sureg/PR identificou o consumo de resmas de papel A4 em sua sede entre os anos 2016 e 2017:

Mês	2016 Quantidade	2017 Quantidade
Janeiro	35	19
Fevereiro	30	14
Março	29	33
Abril	18	27
Maio	25	40
Junho	18	-
Julho	16	-
Agosto	26	-
Setembro	19	-
Outubro	18	-
Novembro	30	-
Dezembro	25	-
Total	289	133

Tabela 3 - Consumo de resmas de papel A4

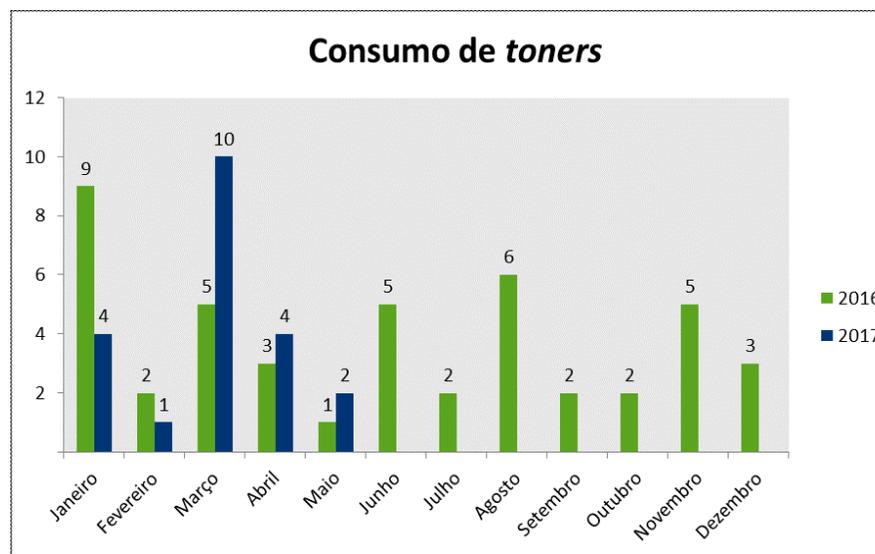


Pode-se verificar que no período de janeiro a março de 2017 o consumo de papel A4 foi inferior se comparado ao mesmo período de 2016. Porém, ao compararmos os meses de abril e maio, verifica-se um aumento no consumo devido ao Plano de Demissão Voluntária, cujas rescisões contratuais e demais documentos necessários foram impressos pela Sureg/PR. Cabe ainda salientar que os estoques de papel A4 passaram a ser controlados de forma mais efetiva a partir de abril de 2016, quando o número de resmas distribuídas pelo Setad aos demais setores foi limitado para não haver estoques descentralizados (o que acabava por mascarar os verdadeiros números do consumo).

Também foi identificado o consumo de *toner* na sede da Sureg/PR entre os anos 2016 e 2017:

	2016	2017
Mês	Quantidade	Quantidade
Janeiro	9	4
Fevereiro	2	1
Março	5	10
Abril	3	4
Maiο	1	2
Junho	5	-
Julho	2	-
Agosto	6	-
Setembro	2	-
Outubro	2	-
Novembro	5	-
Dezembro	3	-
Total	45	21

Tabela 4 - Consumo de *toners*



Verifica-se, novamente, um aumento no consumo nos meses de março a abril de 2017, quando comparados ao mesmo período de 2016. Tal como no consumo de papel A4, os *toners* foram necessários para impressão das rescisões e demais documentos relacionados ao Plano de Demissão Voluntária. Além disso, havia estoques remanescentes de 2015 nos setores, o que gerou uma quantidade menor de pedidos ao Setad no ano de 2016, causando a impressão de que o consumo em 2017 foi maior.

Assim, considerando o atual cenário do consumo de papel A4 e *toner* para impressão, foi elaborado o seguinte plano de ação:

Plano de Ação 1: Consumo de papel A4 e <i>toners</i> para impressão				
Objetivo: Reduzir o consumo de papel A4 e <i>toners</i> para impressão				
Meta Geral: Reduzir o consumo anual de resmas de papel A4 e toners em 5%, em 12 meses após a implantação.				
Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Padronização das impressoras para impressão econômica e frente e verso	Sedem	100% ¹	15 dias	– Mão de obra própria
2. Manutenção preventiva dos equipamentos de impressão	Sedem	100% ²	A cada 06 meses	– Mão de obra própria
3. Instalar a Ecofont como fonte padrão dos Softwares	Sedem	100% ³	15 dias	– Mão de obra própria
4. Realização de campanha para	Comissão Gestora	– Divulgar a	01 ano	– Mão de obra própria

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
utilização de correio eletrônico nas atividades administrativas	do PLS	100% dos empregados		
5. Realização de campanha para reaproveitamento do papel	Comissão Gestora do PLS	– Divulgar a 100% dos empregados	01 ano	– Mão de obra própria
6. Realização de campanha para impressão frente e verso	Comissão Gestora do PLS	– Divulgar a 100% dos empregados	01 ano	– Mão de obra própria
7. Desenvolver campanhas junto aos empregados/colaboradores para redução dos gastos com papel A4 e toners para impressão	Comissão Gestora do PLS	– Divulgar a 100% dos empregados	01 ano	– Mão de obra própria

Indicadores

¹**Índice de configuração de impressão (%)** = (Quantidade de computadores configurados / Quantidade total de computadores passíveis de configuração) x 100

²**Índice de manutenção de impressora (%)** = (Quantidade de impressoras revisadas / Quantidade total de impressoras passíveis de manutenção) x 100

³**Índice de configuração de fonte (%)** = (Quantidade de computadores configurados com Ecofont / Quantidade total de computadores passíveis de configuração) x 100

Tabela 5 - Plano de Ação 1: Consumo de papel A4 e *toners* para impressão

7.1.2 Consumo de copos descartáveis

Em outubro de 2006, o Decreto nº 5.940 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pela Administração Pública Federal, na fonte geradora, e a sua destinação às Associações e Cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Seis anos depois, com o intuito de reduzir impactos ambientais adversos, a IN nº 10/2012 estabeleceu que os copos descartáveis são um dos materiais de consumo que devem ser abrangidos pelas práticas de sustentabilidade e racionalização do uso.

A fim de conhecer a realidade do consumo de copos descartáveis na sede da Sureg/PR, a Comissão Gestora do PLS fez levantamentos de dados por meio de questionário-padrão, para obtenção da percepção do consumo de copos descartáveis e verificação da utilização de recipientes reutilizáveis. Além disso, também realizou o levantamento de dados por meio de registros de estoque.

Primeiramente, em março de 2017, 88 empregados foram entrevistados a respeito do consumo médio diário de copos descartáveis (de 50ml e 200ml) e do uso de recipientes reutilizáveis:

Copo descartável	Percepção de consumo médio diário por empregado
50 ml	2,4
200 ml	1,6

Tabela 6 - Percepção do consumo de copos descartáveis

Recipientes reutilizáveis	Quantidade
Xícara	24
<i>Squeeze</i> ou jarra	44
Total	68

Tabela 7 - Uso de recipientes reutilizáveis

Os dados coletados mostraram que, naquela época, de acordo com as respostas ao questionário, cada empregado usava por dia aproximadamente 2,4 copos de 50ml e 1,6 copo de 200ml (totalizando, respectivamente, 211,2 e 140,8 copos consumidos por dia pelos 88 empregados). Além disso, dentre os empregados entrevistados, apenas 27,27% usavam xícara e 50% usavam *squeeze* ou jarra próprios.

Naquele mesmo mês e em maio de 2017, a Comissão também coletou dados do estoque desses dois tipos de copos descartáveis na sede da Sureg/PR:

Estoque em	Copos de 50ml (unid.)	Copos de 200ml (unid.)
03/03/2017	21.600	9.000
03/05/2017	16.500	3.100
Consumo mensal aproximado	2.550	2.950

Tabela 8 - Consumo de copos descartáveis

De acordo com esse levantamento, estima-se que o consumo aproximado de copos descartáveis foi de 637,5 unidades (de 50 ml) e de 737,5 unidades (de 200 ml) por semana. Assim, considerando que na época dessa pesquisa a sede da Superintendência contava com 89 empregados, o consumo médio mensal per capita de copos descartáveis foi de 28,6 unidades de 50 ml e 33,1 unidades de 200 ml. Isso demonstra que o consumo real de copos descartáveis é superior à percepção de uso apresentada pelos empregados, sendo necessária uma maior conscientização.

Assim, foi elaborado o seguinte plano de ação:

Plano de Ação 2: Consumo de copos descartáveis				
Objetivo: Deixar de adquirir copos descartáveis				
Meta Geral: Substituir 100% dos copos descartáveis por copos individuais não descartáveis, em 12 meses após a implantação.				
Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Promover campanhas de conscientização para uso de copos individuais não descartáveis	Comissão Gestora do PLS	– Divulgar a 100% dos empregados	01 ano	– Mão de obra própria

Tabela 9 - Plano de Ação 2: Consumo de copos descartáveis

7.2 Eficiência energética

A energia elétrica é a fonte de energia mais utilizada para o fornecimento e alimentação dos diversos equipamentos. Apesar de ser uma fonte limpa de energia, seus impactos econômicos e ambientais são altos. Não obstante, esta Sureg tem adotado medidas de controle e redução do consumo.

Por ser utilizada com muita frequência, a iluminação se destaca como a maior oportunidade de redução e otimização de consumo. Assim, em março de 2017 foi realizada a troca de 80 lâmpadas do tipo tubular de 40W por lâmpadas mais modernas e eficientes do tipo LED. Esta troca proporciona uma economia de 64% na iluminação, visto que a lâmpada LED possui um consumo menor em aproximadamente 32W (considerando consumo unitário do reator fluorescente de 10W). Desta forma, estima-se uma economia mensal de R\$ 439,30².

Outra fonte de consumo alto, mas com incidência sazonal, são os equipamentos de ar-condicionado. Cabe salientar que já foram adquiridos equipamentos do tipo *split* que substituirão os antigos de tipo janela, os quais possuem maior consumo e oferecem menor conforto térmico.

Em análise realizada nas instalações elétricas, foram detectadas anomalias, como disjuntores de padrões antigos, barramentos e emendas inadequadas, bem como excesso de calor gerado pelo quadro de entrada de energia elétrica dessa Superintendência. Pelo degrau térmico medido foi calculada a geração térmica de 60W de perda a um custo aproximado de R\$28,08 mensais, o que causa consumo excessivo e risco à segurança. Desta

² Considerando 12h diárias de utilização e 22 dias por mês, a um custo de Wxh de R\$ 0,00065, temos esta redução pela multiplicação dos índices: DIASxHORASxLAMPxPOT.ECOxR\$Wh, ou seja, 22x12x80x32x0,00065= R\$439,30.

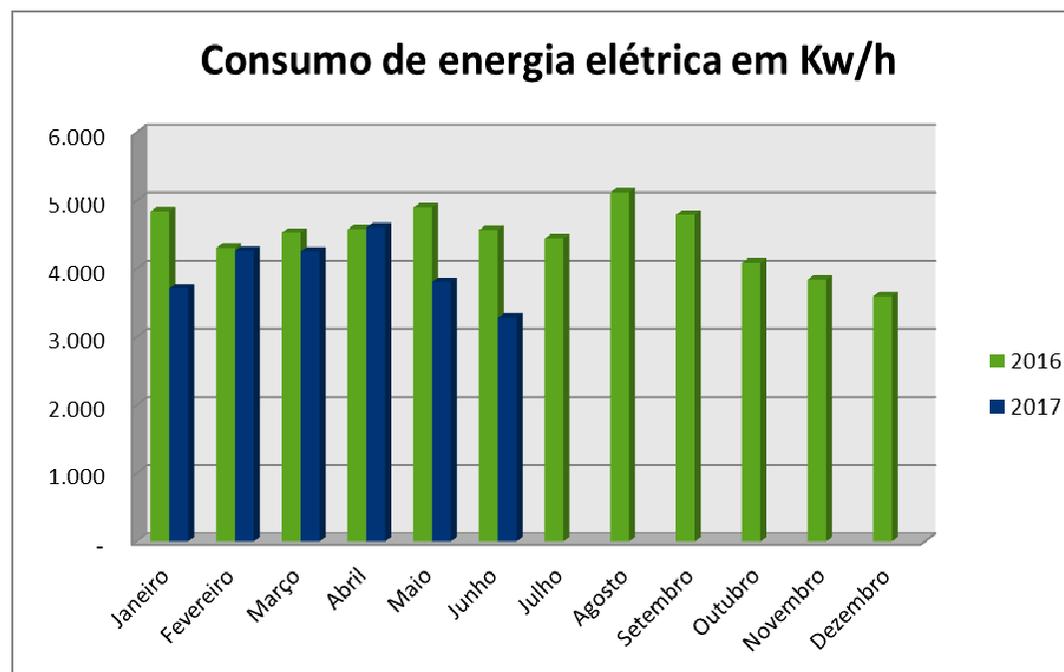
forma, foi realizada a troca completa do quadro defeituoso por outro com disjuntores novos, barramento elétrico mais robusto e projeto que eliminou emendas, gerando menores perdas e mais segurança.

Com relação ao contrato com a concessionária fornecedora de energia elétrica, a Sureg está enquadrada na modalidade tarifária grupo “B” com alimentação em baixa tensão, não incidindo demanda ou reativos na tarifa, ou seja, não há a necessidade de revisões periódicas nos parâmetros contratuais.

Assim, apresentamos a seguir o consumo de energia elétrica na Sureg/PR nos anos de 2016 e 2017:

Vencimento	2016		2017	
	Consumo Kw/h	Valor	Consumo Kw/h	Valor
Janeiro	4.842	R\$ 3.940,68	3.713	R\$ 2.353,62
Fevereiro	4.307	R\$ 3.527,67	4.261	R\$ 2.612,09
Março	4.529	R\$ 3.692,70	4.251	R\$ 2.610,20
Abril	4.582	R\$ 3.623,16	4.607	R\$ 2.883,56
Maio	4.899	R\$ 3.728,87	3.805	R\$ 2.405,32
Junho	4.570	R\$ 3.398,36	3.280	R\$ 2.034,63
Julho	4.442	R\$ 3.297,99	-	-
Agosto	5.122	R\$ 3.487,17	-	-
Setembro	4.792	R\$ 2.991,32	-	-
Outubro	4.087	R\$ 2.553,16	-	-
Novembro	3.842	R\$ 2.400,35	-	-
Dezembro	3.597	R\$ 2.263,81	-	-
Total	53.611	R\$ 38.905,24	23.917	R\$ 14.899,42

Tabela 10 - Consumo de energia elétrica



Para este tema, foi elaborado o seguinte plano de ação:

Plano de Ação 3: Eficiência energética

Objetivo: Modernizar as instalações do imóvel administrativo com foco em eficiência energética.

Meta Geral: Redução de 5% do consumo anual de energia elétrica em kWh.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Realizar diagnóstico a respeito da luminosidade e adequar a quantidade de lâmpadas em cada recinto de acordo com a NR. 17 do MTE	Técnico de Segurança e Engenheiro Eletricista	– Adequar 100% dos locais inapropriados	01 ano	– Mão de obra própria – Financeiro
2. Trocar as lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED	Setad	100% ¹	01 ano	– Mão de obra própria – Financeiro
3. Configurar os computadores para desligamento automático	Sedem	100% ²	15 dias	– Mão de obra própria
4. Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos de ar-condicionado mais modernos e eficientes	Setad	-	01 ano	– Mão de obra própria – Financeiro
5. Desenvolver campanhas junto aos funcionários para a redução do desperdício de energia elétrica	Comissão Gestora do PLS	– Divulgar a 100% dos empregados	01 ano	– Mão de obra própria

Indicadores

¹ **Índice de troca de lâmpadas (%)** = (Quant. lâmpadas de LED instaladas / Quant. total de lâmpadas) x 100

² **Índice de desligamento automático de computadores (%)** = (Quantidade de computadores configurados para desligamento automático / Quantidade de computadores passíveis de configuração) x 100

Tabela 11 - Plano de Ação 3: Eficiência energética

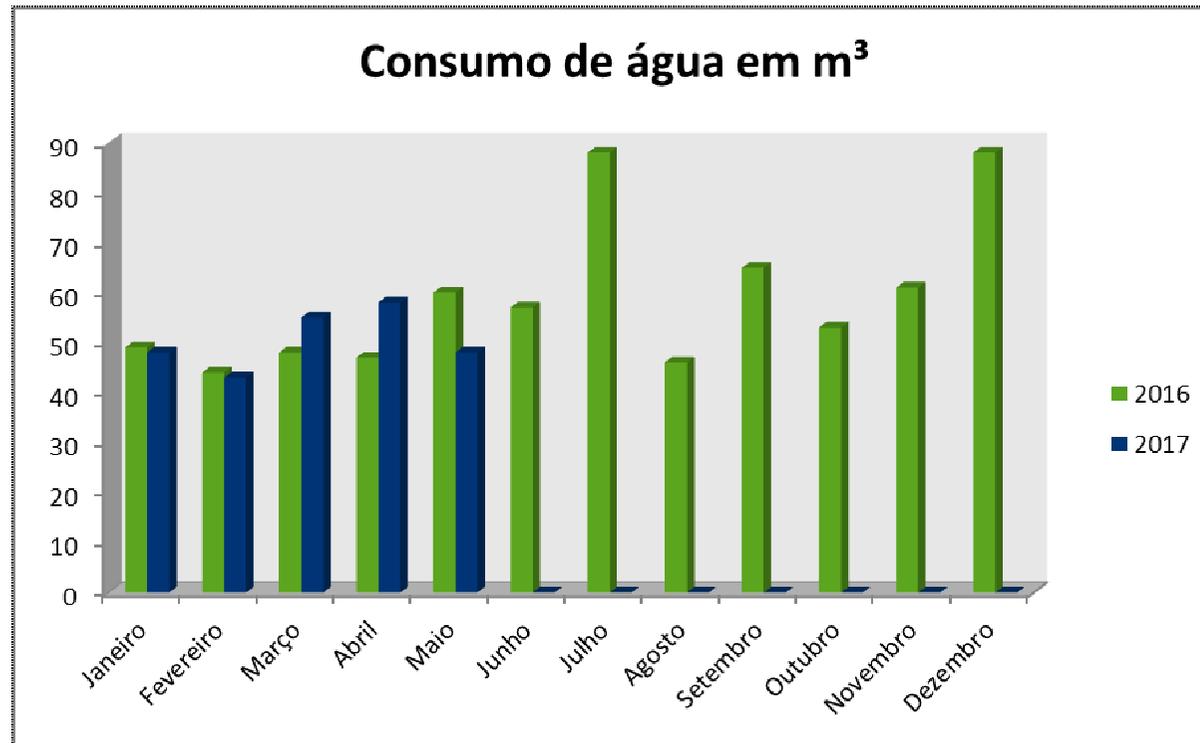
7.3 Eficiência no consumo de água

Em novembro de 2016, foram instalados cinco purificadores de água em substituição aos galões de água de 20 litros utilizados, sendo quatro equipamentos adquiridos e um cedido pelo Mapa. Em 2016 o gasto para aquisição dos galões foi de R\$ 5.250,00. Com a troca para purificadores, o gasto inicial da compra foi de R\$ 3.500,00, gerando inicialmente para o ano de 2017 uma economia aproximada de R\$ 1.750,00. Para os próximos anos, o custo se aterá somente ao valor da troca dos filtros e ao consumo de água proveniente da concessionária.

Apresentamos a seguir o consumo de água nos anos 2016 e 2017:

Vencimento	2016		2017	
	Volume faturado (m ³)	Valor	Volume faturado (m ³)	Valor
Janeiro	49	R\$ 535,26	48	R\$ 578,75
Fevereiro	44	R\$ 478,00	43	R\$ 515,48
Março	48	R\$ 523,81	55	R\$ 667,33
Abril	47	R\$ 512,35	58	R\$ 705,29
Maio	60	R\$ 728,42	48	R\$ 578,75
Junho	57	R\$ 692,64	-	-
Julho	88	R\$ 1.084,92	-	-
Agosto	46	R\$ 553,45	-	-
Setembro	65	R\$ 793,87	-	-
Outubro	53	R\$ 642,03	-	-
Novembro	61	R\$ 743,26	-	-
Dezembro	88	R\$ 1.084,91	-	-
Total	706	R\$ 8.372,92	252	R\$ 3.045,60

Tabela 12 - Consumo de água



Observando ainda o cenário atual, denota-se que os hábitos gerais dos empregados se mostram condizentes com a Norma Regulamentadora nº 24 do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece que a média de consumo/uso é de 62 litros diários por pessoa. Assim sendo, o consumo diário esperado para os 89 empregados da Sureg/PR é de 5,5 m³/dia, e atualmente o consumo é de 1,3 m³/dia. O que contribui para mantermos o consumo

dentro dos padrões esperados é a ausência de utilização desmedida de água para limpeza, de vazamentos e hábitos displicentes.

Segue abaixo o plano de ação para o consumo de água:

Plano de Ação 4: Eficiência no consumo de água

Objetivo: Modernizar os prédios administrativos com foco na otimização do consumo de água

Meta Geral: Redução de 5% do consumo anual de água em m³.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Verificar as instalações hidráulicas com vistas a prevenir possíveis vazamentos na cozinha, banheiros e torneiras	Setad	100% ¹	A cada 06 meses	– Mão de obra própria - Financeiro
2. Implantação da captação da água da chuva	Setad e Engenheiro Eletricista	-	01 ano	– Mão de obra própria - Financeiro
3. Desenvolver campanhas junto aos empregados para redução do consumo, combatendo o desperdício de água	Comissão Gestora do PLS	– Divulgar a 100% dos empregados	01 ano	– Mão de obra própria

Indicador

¹**Índice de verificação hidráulica (%)** = (Quantidade de instalações hidráulicas verificadas / Quantidade total de instalações hidráulicas) x 100

Tabela 13 - Plano de Ação 4: Eficiência no consumo de água

7.4 Coleta seletiva

O Decreto nº 5.940/2006 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às Associações e Cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. A Sureg/PR, por meio de Atos de Superintendência, instituiu Grupo de Trabalho a partir de janeiro de 2007 para atender às demandas do Decreto. Desde então, foram celebrados diversos Termos de Compromisso entre a Conab e as Associações e Cooperativas de materiais recicláveis, com a finalidade de doar tais materiais.

O Grupo de Trabalho é responsável por realizar palestras de sensibilização e conscientização em relação ao tema, adequação de lixeiras em todos os ambientes, atendimento às Cooperativas ou Associações, fiscalização informal nas salas e cozinha, elaboração dos relatórios semestrais e das renovações formais. Quanto aos relatórios semestrais, estes, apesar de suspensos temporariamente, são enviados ao Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC por meio do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Coleta Seletiva Solidária – SMACS.

Desde de 2007, até 2016, foram destinadas às Associações e Cooperativas cerca de 22,5 toneladas de materiais recicláveis em toda a Sureg/PR, incluindo as Unidades Armazenadoras. Ainda em 2016, por meio de Associação e empresa especializada em descarte eletrônico, foram destinados à reciclagem cerca de 470 kg de materiais de escritório, 1,4 tonelada de sucata eletrônica e 4,8 toneladas de madeiras e periféricos, provenientes de um processo de baixa patrimonial. Até maio/2017 já foram destinados 320 kg de materiais recicláveis.

Segue abaixo o plano de ação para a coleta seletiva:

Plano de Ação 5: Coleta Seletiva

Objetivo: Dar continuidade à Coleta Seletiva Solidária por meio da destinação correta dos resíduos gerados, dando cumprimento ao Decreto nº 5.940/06.

Metas:

- 1ª Destinar corretamente 90%¹ do material reciclável doado à Cooperativa de Catadores em 12 meses;
- 2ª Destinar corretamente 90%² dos materiais orgânicos e rejeitos em 12 meses;
- 3ª Destinar corretamente 100%³ dos materiais tóxicos em 12 meses.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Identificação de coletores específicos para resíduos (Reciclável) (Orgânico + Rejeitos) (Tóxicos)	GT CSS	- 100% ⁴	06 meses	- Mão de obra própria - Financeiro
2. Implementar lixeira para coletar exclusivamente papel A4 (impresso frente e verso)	Comissão Gestora do PLS + GT CSS	- 100% ⁵	06 meses	- Mão de obra própria
3. Elaborar o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Comissão Gestora do PLS	-	01 ano	- Mão de obra própria
4. Campanha para descarte correto de recicláveis (papel, papelão, plásticos,	Comissão Gestora do PLS	- Divulgar a 100% dos	01 ano	- Mão de obra própria

vidros e metal), rejeitos, lixo orgânico e tóxicos (lâmpadas, pilhas, baterias, toner, cartuchos e outros)		empregados		
5. Conscientizar os terceirizados do serviço de limpeza para adequado recolhimento, separação e armazenamento e descarte dos resíduos coletados	Comissão Gestora do PLS + GT CSS + fiscal de contrato + supervisor da terceirizada	-	01 ano	- Mão de obra própria

Indicadores

1º Índice de descarte correto dos materiais recicláveis (%) = (Número de dias com constatação de descarte incorreto / Número de dias da avaliação semestral) x 100

2º Índice de descarte correto dos rejeitos e orgânicos (%) = (Número de dias com constatação de descarte incorreto / Número de dias da avaliação semestral) x 100

3º Índice de descarte correto dos materiais tóxicos (%) = (Número de dias com constatação de descarte incorreto / Número de dias da avaliação semestral) x 100

4º Índice de identificação de lixeiras (%) = (Número de lixeiras identificadas / Número total de lixeiras necessárias) x 100

5º Índice de lixeiras exclusivas para papel A4 (%) = (Número de salas com lixeiras exclusivas / Número total de salas) x 100

Tabela 14 - Plano de Ação 5: Coleta seletiva

7.5 Qualidade de vida no trabalho

Embora não haja registros, tampouco ações formalizadas, ao longo dos anos a Sureg/PR promoveu, de forma pontual, palestras e ações focadas na qualidade de vida dos empregados.

Em 2017, a Superintendência deu início à realização de palestras mensais sobre temas diversos, buscando atender anseios profissionais e também pessoais dos empregados.

A promoção dessas palestras só foi possível mediante parcerias, tendo em vista as restrições orçamentárias enfrentadas por toda a Administração Pública.

Segue calendário de atividades realizadas até abril de 2017:

Data	Parceiro	Tema	Nº de Participantes
27/01	Conselho Regional de Psicologia	Janeiro Branco – Quem cuida da mente, cuida da vida!	29
17/02	Hospital Erasto Gaertner	Prevenção de Câncer: visão geral	32
21/03	Procon/PR	Direito do Consumidor	38
27/04	Corpo de Bombeiros	Atendimento Pré-Hospitalar: teoria e prática	32

Tabela 15 - Palestras promovidas pela Sureg

Além das palestras, nos dias 07, 08 e 09 de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Sureg/PR ofereceu sessões de cuidados com a pele, incluindo *peeling* de cristal e dicas de maquiagem. Ao todo, 17 mulheres divididas em seis turmas participaram da ação.

Já no dia 09 de maio foi realizado um evento de valorização dos profissionais que aderiram ao Programa de Demissão Voluntária. O evento contou com uma intensa programação, como entregas de certificados, discursos de empregados, dinâmicas de *coaching* e jantar.

A partir de maio de 2017, o Sereh firmou parceria com o Sesc por meio do programa "Sesc em Movimento", oferecendo atividades totalmente gratuitas aos empregados, entre elas: oficinas, palestras e rodas de conversa nas áreas de educação, cultura, saúde, esporte e lazer, promovendo o desenvolvimento da qualidade de vida. Foi estabelecida a seguinte agenda anual de atividades.

AGENDA ANUAL – CONAB SESC 2017					
Mês	Data	Dia da semana	Tema	Ação	Descrição
Maio	30	Ter	Educação	Inovação e Criatividade	Realização de exercícios e atividades que desenvolvem a criatividade e aprendem técnicas e dicas para exercitar o cérebro.
Junho	20	Ter	Educação	Comportamento Corporativo	Roda de conversa: “Inteligência Emocional e Resolução de Conflitos”. O que é inteligência emocional, como desenvolvê-la e porque é importante saber reconhecer seus próprios sentimentos para resolver conflitos no ambiente de trabalhos. A ação contempla dinâmicas e exercícios em grupo voltados à empatia.
Julho	11	Ter	Educação	Atualização e Desenvolvimento	Minicurso “Comunicação – como me fazer entender” - Técnicas de comunicação escrita.

AGENDA ANUAL – CONAB SESC 2017					
Mês	Data	Dia da semana	Tema	Ação	Descrição
Agosto	18	Seg	Saúde	Controle de Estresse	Oficina: técnicas de respiração. A respiração profunda e controlada possibilita maior nível de relaxamento, aumento na retenção de energia, na capacidade de lidar com o estresse e controlar as emoções.
Setembro	21	Seg	Educação	Inovação e Criatividade	Minicurso “Como ser criativo: Inovando o Cotidiano” – A criatividade não é um “dom natural”, mas uma habilidade a ser aprendida, praticada e desenvolvida. Os participantes discutirão sobre estudos voltados à criatividade, como desenvolver o processo criativo no dia a dia e de que forma ser criativo favorece o lado profissional.
Outubro	9	Seg	Saúde	Saúde da Mulher	Roda de conversa: os hábitos e comportamentos saudáveis que evitam ou minimizam os riscos à saúde. Importância do acompanhamento médico regular e visitas ao dentista, exames preventivos em mulheres.
Novembro	7	Ter	Saúde	Saúde do homem	Roda de conversa: Os hábitos e comportamentos saudáveis que evitam ou minimizam os riscos à saúde. A importância do acompanhamento médico regular e visitas ao dentista, exames preventivos em homens, prevenção de doenças renais.
Dezembro	4	Seg	Educação		Quais as principais regras gramaticais e os erros mais comuns. Relembrar a utilização dos “porquês”, uso da vírgula, verbos irregulares, entre outras regras.

Tabela 16 - Agenda anual SESC em movimento

Para este tema, foi elaborado o seguinte plano de ação:

Plano de Ação 6: Qualidade de vida no trabalho

Objetivo: Promover qualidade de vida no trabalho para todos os empregados proporcionando condições de desenvolvimento na realização de suas atividades.

Meta Geral: Garantir que 60% dos empregados participem de, pelo menos, uma atividade relacionada a qualidade de vida em um ano.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Solicitação de Engenheiro de Segurança do Trabalho para avaliação dos riscos ergonômicos (NR 17)	Comissão Gestora do PLS	100% ¹	01 ano	– Mão de obra da Matriz
2. Identificar e avaliar aparelhos que provocam ruídos no ambiente de trabalho	Técnico de Segurança do trabalho	-	01 ano	– Mão de obra própria
3. Continuidade da realização dos exames periódicos e campanhas de vacinação anuais de prevenção em saúde	Sereh	-	01 ano	– Mão de obra própria
4. Implementar o PSCIP – Plano de segurança contra incêndio e pânico	Engenheiro	-	01 ano	– Mão de obra própria
5. Reivindicar sessões de ginástica laboral, <i>quick massage</i> , ou similares aos empregados	Comissão Gestora do PLS + Sereh	-	01 ano	– Financeiro

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
6. Promover atividades de integração no local de trabalho (grupos de: leitura, corrida/caminhada, inglês, instrumento musical, clube gourmet, etc; cafés da manhã)	Comissão Gestora do PLS	-	01 ano	– Mão de obra própria
7. Promover palestras com temas de interesses diversos	Comissão Gestora do PLS	-	01 ano	– Mão de obra própria
8. Promover campanhas de ações sociais, ambientais, datas comemorativas	Comissão Gestora do PLS	-	01 ano	– Mão de obra própria
9. Destinar áreas para projetos paisagísticos e/ou áreas afins, como áreas verdes, para jardins e plantio de árvores de pequeno porte	Comissão Gestora do PLS + Gefad	-	01 ano	– Mão de obra própria
10. Realizar pesquisa para identificar o índice de satisfação dos empregados em relação aos itens da qualidade de vida no ambiente de trabalho	Comissão Gestora do PLS	-	01 ano	– Mão de obra própria
Indicador				
¹ Número de postos avaliados = (quantidade de postos avaliados / quantidade total de postos) X100				

Tabela 17 - Plano de Ação 6: Qualidade de vida no trabalho

7.6 Compras e contratações sustentáveis

7.6.1 Obras e equipamentos

Nos últimos anos não houve aquisição de equipamentos nem foram realizadas obras na Sede da Superintendência. Há uma expectativa para a reforma ou construção de nova Sede, porém, devido a restrições orçamentárias, não há previsão de execução.

Segue plano de ação para este tema:

Plano de Ação 7: Obras e equipamentos				
Objetivo: Adoção de critérios sustentáveis nas contratações futuras, de acordo com Art. 3º da Lei 8.666/1993 e Decreto 7.746/2012.				
Meta Geral: Incluir critérios de sustentabilidade em 100% das licitações e contratos.				
Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Capacitar empregados e colaboradores na elaboração dos documentos que compõem as contratações, incorporando aspectos de sustentabilidade, conforme Guia Nacional de Licitações Sustentáveis	Sereh	Capacitar pelo menos um empregado de cada área demandante	01 ano	- Financeiro

Tabela 18 - Plano de Ação 7: Obras e equipamentos

7.6.2 Serviços de vigilância

Em maio de 2016, foi encaminhada para a Sureg/PR a CI/Presi 259 e o Voto Diafi 035/2016 com a determinação de que todas as Unidades Gestoras responsáveis pela execução dos contratos de prestação de serviços continuados promovessem a renegociação das condições pactuadas, objetivando a revisão dos valores pagos e levando-se em conta a faculdade legal de supressão de até 25% dos valores contratados.

Diante da determinação, em 23/06/2016 foi dado início às tratativas para viabilizar a renegociação de valores ou outra forma de alcançar o objetivo demandado como, por exemplo, a redução de postos de trabalho, ou troca de objeto, vigilância armada por vigilância desarmada ou eletrônica, como também o uso de pessoal do quadro da Superintendência.

Quanto à tentativa de renegociação, não foi logrado êxito junto à empresa contratada, pois a mesma alegou já trabalhar com valores mínimos, sendo impossível a diminuição de valores.

Com relação às demais opções – troca de objeto do contrato ou uso de pessoal do quadro da Superintendência –, foram apontados alguns fatores que inviabilizaram tais substituições:

- Redução de postos de trabalho: essa Sureg conta com a contratação de serviço de apenas um posto de vigilância, tornando a opção impossível;
- Manutenção de vigilante somente para período noturno, finais de semana e feriado: após conversa com a empresa contratada a mesma apresentou algumas dificuldades como, por exemplo, a Sureg teria que disponibilizar uma sala fechada e protegida para a guarda de cofre que acondicionasse o armamento e

munições durante o período sem vigilante, pois seus funcionários não portam a arma fora do local de trabalho e horário de serviço; outra dificuldade seriam os dias de expediente facultativo, pois a Conab ficaria sem vigilância;

- Troca de vigilância armada por desarmada: foram feitas pesquisas de preço e a diferença se mostrou irrisória;
- Utilização de pessoal do quadro: à época havia apenas dois funcionários com cargos que poderiam exercer a função de portaria; no entanto, um deles possuía o benefício da carga horária reduzida devido a problemas de saúde, o que já dificultava a troca. Além disso, ambos apresentaram interesse em sair no Plano de Demissão Voluntária, o qual estava na iminência de acontecer, o que de fato se concretizou em maio/2017.

Diante desse cenário, e por também contarmos com um contrato de vigilância com valores dentro dos praticados atualmente no mercado, o contrato em execução se manteve inalterado, com vigilância armada 24 horas com repactuações de valores apenas por razão de Convenção Coletiva de Trabalho, conforme previsto em legislação.

Segue plano de ação para este tema:

Plano de Ação 8: Serviços de vigilância

Objetivo: Adoção de critérios sustentáveis nas contratações futuras, de acordo com Art. 3º da Lei 8.666/1993 e Decreto 7.746/2012 e manutenção do valor dos gastos com vigilância do ano anterior (considerando a repactuação com base no CCT).

Meta Geral: Garantir que 100% dos contratos de terceirização de serviços de vigilância possuam cláusulas específicas sobre critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Revisar contratos de vigilância visando o real dimensionamento dos postos de trabalho	Setad	100% ¹	01 ano	– Mão de obra própria
2. Capacitar empregados e colaboradores na elaboração dos documentos que compõem as contratações, incorporando aspectos de sustentabilidade, conforme Guia Nacional de Licitações Sustentáveis	Sereh	Capacitar pelo menos um empregado de cada área demandante	01 ano	– Financeiro
3. Estabelecer condicionantes nos contratos para que a contratada cumpra os critérios de sustentabilidade dispostos na Licitação	Setad	100% ²	Contratações futuras	– Mão de obra própria
4. Prever nos editais para novas contratações de serviços que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999	Setad e Equipe de apoio ao pregoeiro	-	Contratações futuras	– Mão de obra própria

Indicadores

¹Índice de revisão dos contratos (%) = (Quantidade de contratos revisados / Quantidade total de contratos) x 100

²Índice de condicionantes (%) = (Quantidade de contratos com condicionantes / Quantidade total de contratos) x 100

Tabela 19 - Plano de Ação 8: Serviços de vigilância

7.6.3 Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial

Em maio de 2016, foi encaminhada para a Sureg/PR a CI/Presi 259 e o Voto Diafi 035/2016 com a determinação de que todas as Unidades Gestoras responsáveis pela execução dos contratos de prestação de serviços continuados promovessem a renegociação das condições pactuadas, objetivando a revisão dos valores pagos e levando-se em conta a faculdade legal de supressão de até 25% dos valores contratados.

Diante da determinação, em 23/06/2016 foi dado início às tratativas para viabilizar a renegociação de valores. Essa Sureg já possui um contrato de limpeza e conservação otimizado, que atende às necessidades, o que impossibilita a redução do mesmo. Quanto à tentativa de renegociação de valores, não foi logrado êxito junto à empresa contratada, pois a mesma alegou já trabalhar com valores mínimos. Em pesquisa de mercado, constatou-se que realmente essa Sureg possui contratação vantajosa com relação às demais empresas prestadoras do mesmo serviço, argumento esse que não pôde ser utilizado para renegociação.

Diante desse cenário e por também contarmos com um contrato de limpeza com valores dentro dos praticados atualmente no mercado, o contrato em execução se manteve inalterado e têm sido feitas repactuações de valores apenas por razão de Convenção Coletiva de Trabalho, conforme previsto em legislação.

Segue plano de ação para este tema:

Plano de Ação 9: Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial

Objetivo: Adoção de critérios sustentáveis nas contratações futuras, de acordo com Art. 3º da Lei 8.666/1993 e Decreto 7.746/2012, e manutenção do valor dos gastos com limpeza, conservação e manutenção predial do ano anterior (considerando a repactuação com base no CCT).

Meta Geral: Garantir que 100% dos contratos de terceirização de serviços de limpeza e conservação vigentes possuam cláusulas específicas sobre critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Capacitar empregados e colaboradores na elaboração dos documentos que compõem as contratações, incorporando aspectos de sustentabilidade, conforme Guia Nacional de Licitações Sustentáveis	Sereh	Capacitar pelo menos um empregado de cada área demandante	01 ano	– Financeiro
2. Inserir nos contratos corresponsabilidade da contratada na adesão à política de coleta seletiva	Setad	-	Contratações futuras	– Mão de obra própria
3. Prever nos editais para novas contratações de serviços que as empresas contratadas adotem as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber: <ul style="list-style-type: none"> – Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Anvisa; – Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003 – Observar a Resolução Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que geram ruído no funcionamento; – Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços; – Respeitar as Normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos 	Setad	-	Contratações futuras	– Mão de obra própria

Tabela 20 - Plano de Ação 9: Serviços de limpeza, conservação e manutenção predial

7.6.4 Serviços de telefonia

Os serviços de telefonia podem gerar grande impacto na saúde financeira da Companhia caso sejam utilizados de forma indiscriminada e para fins diversos das atividades da empresa, podendo, com isso, vir a consumir volume considerável de recursos financeiros.

Em vista disso, a Sureg/PR tem adotado, desde 2016, ações que visam à redução e ao controle do uso dos serviços de telefonia, tais como: exigência de senhas para a realização de chamadas interurbanas e para celular, implementação do uso da tecnologia VoIP e direcionamento automático das ligações para telefone móvel e interurbano para o código da operadora contratada pela Superintendência.

Tais ações visam ao uso racional dos serviços e à conscientização quanto à sustentabilidade do mesmo. A seguir foram destacadas as ações implementadas pela Sureg/PR.

Em outubro de 2016 foi iniciada a implantação do sistema VoIP na Sureg/PR, visando à redução de custos de ligações interurbanas para outras unidades da empresa. Inicialmente foram instalados 11 equipamentos em alguns setores e gerências da Sede, e foram solicitados à Matriz outros aparelhos para serem instalados futuramente em outras áreas. Os empregados foram orientados por e-mail sobre a importância da utilização do sistema VoIP ao efetuar ligações para outras Superintendências, a fim de reduzir os gastos com telefonia fixa.

Em Janeiro de 2017 foi implantada a limitação do uso dos serviços de telefonia por meio do bloqueio das ligações interurbanas e para celular em todos os aparelhos telefônicos da sede da Sureg/PR, sendo disponibilizadas

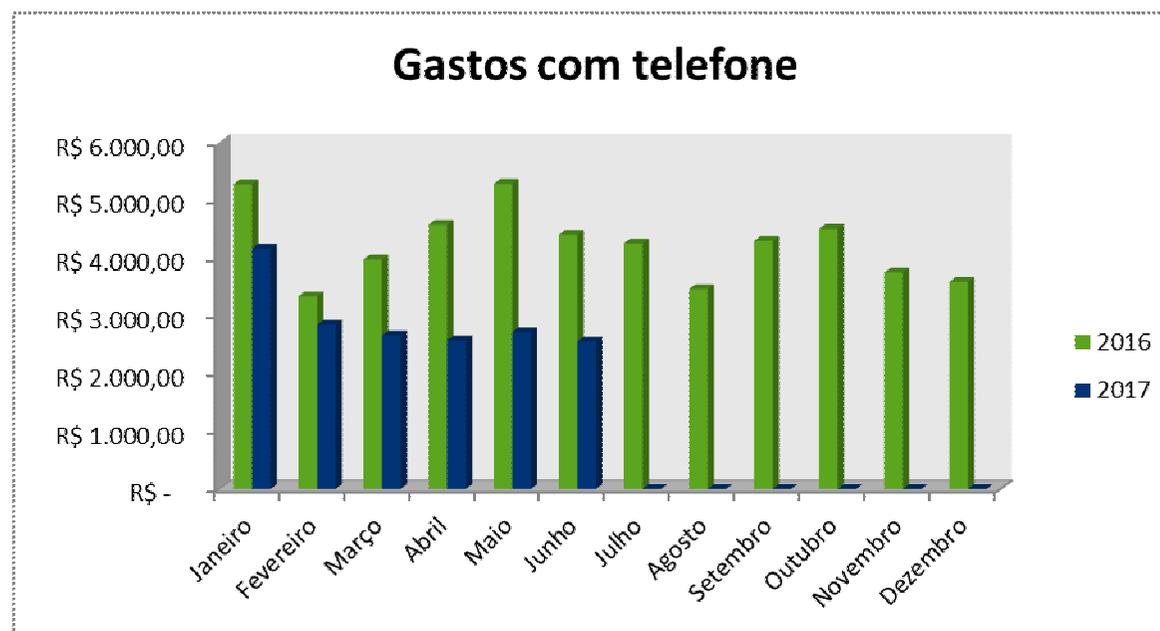
senhas para os gestores e secretárias para a liberação do uso de ligações para telefone móvel local, móvel a distância e interurbanos nas áreas. A ação visa estabelecer o uso consciente do telefone na empresa.

Na mesma data, também foi efetuado o direcionamento das chamadas para o código da operadora contratada pela Sureg/PR, com o objetivo de utilizar os serviços contratados e manter os gastos dentro do contrato.

Abaixo são apresentados os valores consumidos em recursos financeiros com os serviços de telefonia no ano de 2016 e no 1º semestre de 2017:

	2016	2017
Vencimento	Valor	Valor
Janeiro	R\$ 5.269,67	R\$ 4.158,00
Fevereiro	R\$ 3.330,26	R\$ 2.836,17
Março	R\$ 3.968,78	R\$ 2.656,16
Abril	R\$ 4.570,69	R\$ 2.571,14
Maio	R\$ 5.280,46	R\$ 2.710,86
Junho	R\$ 4.396,02	R\$ 2.549,78
Julho	R\$ 4.249,38	
Agosto	R\$ 3.456,15	
Setembro	R\$ 4.291,94	
Outubro	R\$ 4.499,94	
Novembro	R\$ 3.744,04	
Dezembro	R\$ 3.584,22	
Total	R\$ 50.641,55	R\$ 17.482,11

Tabela 21 - Gastos com telefone



Como pode ser observado, as medidas adotadas pela Companhia entre 2016 e 2017 já afetaram de forma significativa os custos com a utilização de serviços de telefonia, visto que, comparando-se o primeiro semestre de 2016 com o primeiro semestre de 2017, é visível a redução de gastos em todos os meses comparados em tal período, com redução total de R\$ 26.815,88 para R\$ 17.482,11 de um semestre para outro.

Cabe mencionar que a Sureg/PR disponibiliza aos empregados o uso de software livre de mensagens instantâneas para a comunicação interna entre Unidades e Superintendências de todo o Brasil.

Segue plano de ação para este tema:

Plano de Ação 10: Serviços de telefonia

Objetivo: Manter o valor dos gastos com serviços de telefonia do ano anterior considerando a variação da inflação e as atividades atuais da Companhia.

Meta Geral: Manter os custos médios dos últimos 12 meses.

Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Verificar a possibilidade de contratação de empresa de telefonia fixa visando à adequação dos gastos com a real necessidade do órgão	Setad	-	Contratações futuras	- Mão de obra própria
2. Revisar usuários detentores de senha para ligações interurbanas e móveis	Setad	-	Contínuo	- Mão de obra própria
3. Viabilizar implementação de bilheteira	Sedem / Setad	-	01 ano	- Financeiro
4. Verificar a possibilidade de implementar central com linhas fixas e celulares para reduzir valores das ligações para celular	Setad	-	01 ano	- Financeiro
5. Promover campanhas de conscientização para uso racional da telefonia, evitando ligações desnecessárias e particulares	Comissão Gestora do PLS	- Divulgar a 100% dos empregados	01 ano	- Mão de obra própria

Tabela 22 - Plano de Ação 10: Serviços de telefonia

7.7 Deslocamento de pessoal

Na Sureg/PR há atualmente dois motoristas e uma frota de duas caminhonetes e dois veículos de passeio, os quais são utilizados basicamente para serviços bancários, de cartório, audiências locais, protocolos externos, reuniões e eventos. Para viagens a serviço, como fiscalização e levantamento de safra, há uma empresa contratada para prestação de serviços de locação de veículos.

Segue plano de ação para este tema:

Plano de Ação 11: Deslocamento de pessoal				
Objetivo: Promover a otimização do deslocamento de pessoal, buscando a redução de gastos e emissão de substâncias poluentes.				
Meta Geral: Otimizar o trajeto a ser percorrido em 100% dos deslocamentos realizados pela frota própria.				
Detalhamento de implementação das ações	Responsáveis	Meta	Prazo de implementação	Previsão de Recursos
1. Coordenar necessidades de uso dos veículos de forma a otimizar o trajeto a ser percorrido	Setad e área demandante do veículo	-	Contínuo	- Mão de obra própria
2. Desenvolver campanhas junto aos empregados incentivando a prática de “carona solidária”, uso de bicicletas, ou outros meios de locomoção	Comissão Gestora do PLS	- Divulgar a 100% dos empregados	01 ano	- Mão de obra própria

Tabela 23 - Plano de Ação 11: Deslocamento de pessoal

8. DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Para que o PLS seja implantado de forma exitosa, entende-se que é primordial divulgar, capacitar, sensibilizar e conscientizar o público interno para a prática da sustentabilidade e o uso racional de recursos.

Assim, serão utilizadas ferramentas de comunicação, como e-mail, cartazes, informativos, eventos, mural, entre outros, buscando sempre priorizar ações com baixo custo e maior alcance.

Para elaboração das campanhas, será utilizada linguagem adequada e de fácil compreensão, além de design atrativo. O conteúdo será produzido pela Comissão Gestora, sendo necessário parceria com a área de Comunicação na matriz para a produção do material de divulgação.

A primeira ação a ser realizada é o evento de lançamento do PLS, que acontecerá após aprovação do Plano pelo Presidente da Conab. Buscando atingir o maior número de empregados, este evento não deverá acontecer nos meses de dezembro a fevereiro, pois corresponde ao período de férias da maior parte dos empregados.

Após o lançamento, serão realizadas campanhas mensais de sensibilização e conscientização, seguindo os temas tratados nos planos de ação apresentados. Assim teremos as seguintes campanhas:

- Substituição de copos descartáveis por recipientes reutilizáveis;
- Redução do consumo de papel A4 e de *toners*;
- Redução do consumo de energia elétrica;
- Redução do consumo de água;
- Coleta Seletiva Solidária;
- Qualidade de vida no trabalho;
- Uso consciente do telefone;
- Deslocamento de pessoas.

Outra ação mensal será a divulgação dos custos de telefone, água e energia elétrica. Para isso será criado um Informativo que priorizará a

apresentação dos custos por meio de gráficos e será encaminhado via e-mail a todos os empregados.

Considerando que durante o ano há datas comemorativas afetas aos temas tratados neste PLS, foi elaborada uma calendarização com as datas consideradas mais importantes. Assim, para estas datas serão planejadas ações, podendo ser um simples *webcard* até eventos mais complexos.

Cabe salientar que devido à proximidade entre algumas datas, poderá ser dada prioridade para uma em detrimento de outra e que não há obrigatoriedade de realizar ação para todas, sendo a calendarização abaixo apenas orientativa.

Data	Comemoração
06/01	Dia da gratidão
07/01	Dia do leitor
11/01	Dia do controle de poluição por agrotóxico
31/01	Dia mundial da solidariedade
05/02	Dia nacional da mamografia
19/02	Dia do esporte
28/02	Dia internacional de combate e prevenção às LER/DORT
01/03	Dia do turismo ecológico
08/03	Dia internacional da mulher
10/03	Dia do telefone
20/03	Dia mundial da felicidade
22/03	Dia mundial da água
31/03	Dia da saúde e nutrição
06/04	Dia nacional de mobilização pela promoção da saúde e qualidade de vida
07/04	Dia mundial da saúde

Data	Comemoração
08/04	Dia mundial de combate ao câncer
22/04	Dia do Planeta Terra
26/04	Dia nacional de prevenção e combate a hipertensão
28/04	Dia nacional da segurança e saúde no trabalho
01/05	Dia mundial do combate ao câncer de pele
17/05	Dia mundial da reciclagem
29/05	Dia mundial da energia
31/05	Dia mundial sem tabaco
05/06	Dia mundial do meio ambiente
26/06	Dia nacional e internacional de combate às drogas
14/08	Dia do Combate à poluição
22/09	Dia mundial sem carro
10/10	Dia mundial da saúde mental
15/10	Dia do consumo consciente
19/10	Dia mundial do combate ao câncer de mama

Tabela 24 – Datas comemorativas

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998**. Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2783.htm

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm

BRASIL. **Decreto nº 7.746/2012, de 05 de junho de 2012**. Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm

BRASIL. **Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010.** Altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei no 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12349.htm

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 244, de 06 de junho de 2012.** Disponível em:

http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/Ptr_Intermin_244_de_060612.pdf

BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). Corregedoria-Geral da Advocacia da União. Procuradoria-Geral do Banco Central. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Procuradoria-Geral Federal. Procuradoria-Geral da União. **Manual de Boas Práticas Consultivas.** Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjh7_6OrP_UAhUKijAKHbLOBO8QFggjMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.agu.gov.br%2Fpage%2Fdownload%2Findex%2Fid%2F37931611&usq=AFQjCNFfpKz8BIExcyKxLr_Bg6d1_zukNA&cad=rja

BRASIL. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. **Guia Nacional das Licitações Sustentáveis.** Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0ahUKEwik_Pavrf_UAhXlj5AKHRpgCAMQFggjMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.agu.gov.br%2Fpage%2Fdownload%2Findex%2Fid%2F3733269&usq=AFQjCNFHofM_ijq2W4jMURerj48_z4jdyw&cad=rja

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Plano de Gestão de Logística Sustentável.** Abril 2013.

BRASIL. DNIT. **Plano de Logística Sustentável.** 1º Ciclo 2016/2017.

BRASIL. IPEA. **Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS.** 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Plano de Gestão de Logística Sustentável da Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (Ciscea)**. 2015

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 61, de 15 de maio de 2008**. Estabelecer práticas de sustentabilidade ambiental a serem observadas pelo Ministério do Meio Ambiente e suas entidades vinculadas quando das compras públicas sustentáveis e dá outras providências. Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008032817.pdf

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/INSTRUCAO%20NORMATIVA%20N.%2001%20de%202010%20-%20Compras%20Sustentav.pdf/view>

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746/2012. Disponível em:

<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1154501/Instruxo-Normativa-10-2012.pdf/228ebf79-20dc-4e74-b019-8cc613338950>

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Auditoria operacional. Avaliação das ações adotadas pela administração pública federal acerca do uso racional e sustentável de recursos naturais. Pertinência, atualidade e relevância do tema. Determinações. Recomendações. **Acórdão nº 1.752/2011 do TCU**. Relator Ministro André de Carvalho. Disponível em:

<https://contas.tcu.gov.br/juris/SvlHighLight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31313830363636&sort=RELEVANCIA&ordem=DESC&bases=ACORDAO-COMPLETO;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1>